

PLANO DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Antônio Washington de Oliveira Júnior

Professor da educação especial 2º DIREC do Estado do Rio Grande do Norte.

<https://lattes.cnpq.br/9039261328601415>

<https://orcid.org/0009-0003-4905-4325>

E-mail: juba.treinador.rn@gmail.com

Rebecca Regina Santos de Oliveira

Professora do Ensino Fundamental do Município de Natal/RN.

<https://lattes.cnpq.br/7559106383400632>

<https://orcid.org/0009-0003-3717-3490>

E-mail: rebeccarsoliveira@gmail.com

Bruna Jade Santos de Oliveira

Profissional de Educação Física - Personal.

<https://lattes.cnpq.br/1149600312305753>

<https://orcid.org/0009-0002-6530-3662>

E-mail: vida.esportiva.rn@gmail.com

Gilnei Ferreira de Oliveira

UNOPAR polo Natal/RN.

<http://lattes.cnpq.br/0437580302277503>

<https://orcid.org/0009-0000-9545-6833>

E-mail: gilneioliveira81@gmail.com

Luciene Bezerra de Araújo Santos

SME - Natal/RN.

<https://orcid.org/0009-0004-7116-1714>

E-mail: Lucienebezerra960@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3-11>

RESUMO: Trouxemos um questionamento, que é a discussão de um plano de ensino, que inclua novas estratégias no nicho da educação inclusiva e integrativa, com uma proposta em um formato simplificado, como uma necessidade fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. A dificuldade na construção do planejamento e do plano de ensino, ainda é um dos problemas que obstrui para o processo de ensino-aprendizagem? Trata-se de uma pesquisa exploratória, onde foi criada uma proposta de 10 (dez) estratégias, denominado “Plano de Ensino Simplificado para a Educação Inclusiva e Integrativa - PENSEI”, que tem como propósito descrever estratégias que possam vir a contribuir no entendimento do planejamento de propostas voltadas à educação especial e inclusiva. Este artigo, traz as considerações sobre a proposta, que trata a obra, que é de utilizar um plano de ensino, simplificado, com uma finalidade inclusiva e integrativa, assim facilitando uma maior participação, dos professores nesse processo e dos alunos em uma organização de unidades de ensino, mais acessível e integral. Este estudo, que é o plano de ensino simplificado para a educação inclusiva de forma integrativa e acessível em sua relação professor–aluno. Ainda falta ser divulgado e aplicado em instituições de ensino, pelos professores e avaliado pela comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de Ensino. Educação Especial. Inclusão.

SIMPLIFIED TEACHING PLAN FOR INCLUSIVE AND INTEGRATIVE EDUCATION – PENSEI: TEN STRATEGIES FOR REGULAR TEACHING EDUCATION

ABSTRACT: We raised a question, which is the discussion of a teaching plan, which includes new strategies in the niche of inclusive and integrative education, with a proposal in a simplified format, as a fundamental need for the teaching-learning process. Is the difficulty in creating planning and the teaching plan still one of the problems that obstructs the teaching-learning process? This is an exploratory research, where a proposal of 10 (ten) strategies was created, called “Simplified Teaching Plan for Inclusive and Integrative Education - PENSEI”, which aims to describe strategies that may contribute to the understanding of the planning proposals aimed at special and inclusive education. This article brings considerations about the proposal, which the work deals with, which is to use a simplified teaching plan, with an inclusive and integrative purpose, thus facilitating greater participation, of teachers in this process and of students in an organization of teaching units, more accessible and comprehensive. This study, which is the simplified teaching plan for inclusive education in an integrative and accessible way in its teacher-student relationship. It still needs to be disseminated and applied in educational institutions, by teachers and evaluated by the school community.

KEYWORDS: Teaching Plan. Special education. Inclusion.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo, é trazer um plano de ensino simplificado para a educação inclusiva de forma integrativa e acessível em sua relação professor–aluno. Sua abordagem qualitativa, com o tipo de pesquisa exploratória, em um formato orientador e colaborativo, de uma proposta denominada, como, “Plano de Ensino Simplificado para a Educação Inclusiva e Integrativa - PENSEI”, utilizando estratégias da educação focada em um processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva integrativa, onde a intencionalidade dos planejamentos, são direcionados até se materializarem em plano de ensino do professor, com o papel de ser um instrumento, que atenda às necessidades fundamentais dos alunos, em um cenário macro de possibilidades alcançáveis.

Através de 10 (dez) estratégias a serem consideradas, onde envolve, a individualidade do aluno, como: a comunidade, ciência, escola, família, entre outros, citados na metodologia desse trabalho.

Transitamos em outros segmentos da educação, onde abordamos também, políticas públicas e leis que concernem a educação especial e inclusiva, como fundamentação do contexto do direito ao educando em condições especiais e legais.

O público-alvo da educação especial, de acordo com as políticas públicas, inclui alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Através dessas diretrizes, busca-se construir uma educação de qualidade para todos os alunos, dentro desta modalidade de ensino, nas escolas regulares, com mediação de profissionais especializados na área.

A necessidade de novas estratégias na educação inclusiva, enfrenta dificuldades, de compreensão científica, desinteresse político, estruturais e laborais, que acabam comprometendo o que é lei, o que é necessário e significativo para o ensino-aprendizagem da pessoa dentro de um entendimento de equidade, ficando em segundo plano, os professores, alunos que estão incluídos mais não integrados como deveriam.

A equidade, é mais ampla do que a paridade nas relações humana, a compressão que se deve ter, precisa não apenas de um olhar empático, mas uma aproximação humana nas relações, da saúde mental e fisiológica, afetivas, sociais, físicas, emocionais e instrumentais, entre outros, algo que só está sendo direcionado aos escolares típicos, o cuidado deve ir além, pois os professores em sua condição humana e sensível, também sofrem as mesmas influências ambientais e genéticas. Desta forma, estes necessitam dos cuidados muitas vezes, negado e mal interpretado, onde sofrem as ações danosas em sua vida profissional e pessoal, pois acaba interferindo na sua relação com a família e com as relações sociais.

Lembremos, que os professores são a força que movem o moinho, e como tal não podem parar, e se parar compromete o processo de ensino, pois, os sujeitos se afinam em processos que muitas vezes, levam meses para alcançar pequenos resultados, que são o início de macros resultados temporais, assim, comprometendo a aquisição e desenvolvimento de habilidades fundamentais na sua sobrevivência intelectual.

Acredite, o professor deve ser incluído e integrado como todos os outros, e que o mesmo está exposto as mesmas considerações especiais que o aluno, e como tal, precisa

de um olhar diferente e integral, ao contrário do que vem sendo submetido nas instituições de ensino e pela sociedade.

A educação escolar, vem tendo avanços, mas que não ultrapassam as necessidades básicas dos escolares, a inclusão mesmo desestruturada, tem tido progressos em vários seguimentos da educação, não se pode negar, mas, a integração se mantém longe de uma realidade de emergência, que entendemos que não apenas de responsabilidade do estado, mas também de quem compõe a comunidade escolar, onde o que devemos ensinar e como ensinar, tem seu papel fundamental nessa integração.

Diante disto, trouxemos uma problemática, que é a discussão de um plano de ensino, que incluem novas estratégias no nicho da educação inclusiva e integrativa, como uma necessidade fundamental. A dificuldade na construção do planejamento e do plano de ensino, ainda é um dos problemas que obstrui o processo de ensino-aprendizagem?

A necessidade do aluno da educação especial e inclusiva, é um tema crucial na busca desta resposta, que envolve a problemática deste trabalho. Neste breve artigo, exploramos aspectos, considerando as particularidades da pessoa, e a importância de adaptar o ensino para atender as suas necessidades escolares fundamentais, que fazem parte da inserção no processo inclusivo e integrativo da educação regular para todos, onde avançamos a passos lentos, de forma urgente.

Em resumo, este artigo busca lançar uma luz sobre as necessidades dos alunos da educação escolar, em uma perspectiva inclusiva e integrativa, propondo estratégias de plano de ensino, através de uma apreciação da proposta do uso das “Estratégias do Plano de Ensino Simplificado para a Educação Inclusiva e Integrativa – PENSEI”. Sendo este, mais um caminho de simplificar e avançar, na relação do ensino-aprendizagem.

MARCO TEÓRICO - POLÍTICAS PÚBLICAS

O percurso histórico e pedagógico da educação especial, assistiu a mudanças no modelo educativo, passando de uma abordagem separatista que considerava as crianças e jovens com deficiência ou deficiência como especiais e separados, para uma visão de uma escola para todos. Essa mudança foi impulsionada por avanços na ciência que expandiram

as opções ideológicas e pelo desenvolvimento de políticas públicas e soluções técnicas multifacetadas, todas voltadas para a inclusão.

A LDB, de 20/12/1996, definiu os princípios e objetivos da educação brasileira. É entendido como um dever da família e do Estado, inspirado nos princípios da liberdade e nos ideais da solidariedade humana. Seu objetivo é o desenvolvimento integral do aluno.

Entre os pontos abordados pela LDB destacam-se as orientações direcionadas às instituições de ensino públicas e privadas para garantir o acesso à educação dos alunos com deficiência. Isto significa que as escolas devem implementar medidas inclusivas para que todos os alunos, independentemente da sua situação, possam participar plenamente nas atividades de aprendizagem.

Em 2008, o governo federal aprovou uma política nacional de educação especial numa perspectiva de educação inclusiva. Esta política visa promover o acesso, a participação e a aprendizagem nas escolas regulares para alunos com necessidades especiais. Orienta os sistemas educativos para garantir a diversidade da educação especial em todos os níveis, bem como os serviços de educação especial, a formação de professores e profissionais para este serviço, o envolvimento da família e da comunidade e a disponibilidade de mobilidade e equipamentos.

Essa política, criada pelo governo federal brasileiro em 2008, visa garantir a matrícula de pessoas com deficiência nas escolas regulares e promover uma educação de qualidade para todos os alunos.

É importante ressaltar que o objetivo desta política é facilitar o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com necessidades especiais (Menezes; Silva, 2017; Brasil, 2008). De acordo com a política nacional de educação especial, do ponto de vista da educação inclusiva, o grupo-alvo da educação especial são as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (Vieira; Somin, 2012).

As Diretrizes Nacionais da Educação e a Lei Básica visam promover a igualdade de oportunidades, o respeito aos educadores e a qualidade no ensino e na aprendizagem, incluindo atenção especial aos alunos com necessidades especiais. É, portanto, um marco

importante para todos os brasileiros na busca por uma educação e escolas mais acessíveis e inclusivas.

A Escola Inclusiva é um projeto em constante evolução que visa promover a diversidade e garantir o sucesso no acesso à educação. Este conceito é parte integrante do treinamento no pleno direito de qualquer verdadeira santificação (Carita; Carvalho, 2017).

No Brasil, as mudanças nas práticas educacionais têm se refletido em leis que visam garantir a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Um exemplo é a Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996 (Menezes; Silva, 2017). Essa lei estabelece as diretrizes e fundamentos da educação pública, e um dos destaques são as orientações dadas às instituições de ensino públicas e privadas quanto ao acesso à educação de alunos com deficiência (Brasil, 2008).

PLANEJAMENTO

O primeiro ato quando se pensa na construção de uma meta educativa, entende-se que é o planejamento o caminho mais viável, isso mesmo, as propostas a serem traçadas devem ter consonância o mais abrangente possível, descentralizada e acessível, composta de uma condição inclusiva e integrativa em seu contexto. Planejar, o que é necessário, possível e acessível, considerando a equidade dentro das possibilidades que podem ser alcançadas, devem estar o mais próximo da condição de uma ação real e integral.

De acordo com Libâneo (2005), planejar é uma ação global da escola, pois facilita o desempenho de pensamento, de decisões sobre a formação e a conduta da proposta pedagógica. O ato de esquematizar as ações nas instituições de ensino, exige dos professores considerações no concerne, princípios, valores das concepções da educação presentes nas práticas realizadas.

Neste cenário, Libâneo (1992, p. 222) destaca:

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógico, tendo como referência permanente as situações didáticas concretas, isto é, a problemática social, econômica, política e cultural

que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino.

Sendo assim, o planejar não deve ser resumido a uma condição pontual e reles, pois sabemos, que a educação é construída em bases indeclináveis para formação do intelecto humano, desta forma, imprescindível nas relações das pessoas com o mundo, mesmo de forma não totalmente vivencial.

Segundo Menegolla e Sant'anna (2001), o processo de ensino-aprendizagem é fruto de um planejamento organizado e reflexivo em suas práticas, seja forma conceituado. Todavia, torna-se claro que o planejamento não possui apenas a condição somente de determinar o sucesso das ações, mas o revés.

O fracasso, torna-se uma condição também possível na má elaboração do planejamento. Conhecer seu público, as condições reais, a relação da comunidade escolar onde está inserido este grupo, são fatores determinantes, para maiores possibilidades de acerto e abstrações no processo de ensino-aprendizagem.

Padilha (2001) anunciou que há espaço e tempo para pensar a prática pedagógica e a análise das ferramentas utilizadas na teoria metodológica durante o planejamento do trabalho docente, e isso deu a todos a oportunidade de avaliar suas práticas, remarcá-las se necessário e criar diferentes ferramentas para sua implementação. ratique tudo o que você planeja.

Planejar para Vasconcellos (2006) isto se baseia na necessidade de mudança, pois o planejamento é a antecipação mental da ação para o sucesso, permitindo ao treinador mudar os planos. Nessa hipótese, a percepção da necessidade de mudar a realidade é maior, pois quem não quer nada, quem não quer mudar nada, provavelmente não tem interesse em planejar.

Gandin (1995, p. 22) acredita que o planejamento é decidir o percurso que devemos seguir, autor:

Elaborar - decidir que tipo de sociedade e homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir esta distância e para contribuir mais para o resultado final

estabelecido; Executar - agir em conformidade com o que foi proposto e; Avaliar - revisar sempre cada um desses momentos e cada uma dessas ações, bem como cada um dos documentos deles derivados.

Essas decisões, facilitam concisão do resultado do que o professor deve ensinar e o aluno deve aprender, dessa relação chamamos de processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Moretto (2007), o planejamento é a articulação da atividade, e assim criando definições simples, apresentando o efeito que a atividade do planejar institui, pois este auxilia o trabalho tanto do professor quanto do aluno, portanto a organização das ideias e informações coletadas pelo educador enriquece a implementação em diferentes situações.

Estratégias direcionadas e organizadas, em formato acessível do mais simples para mais complexo, requer uma sensibilidade educativa por parte do professor na construção desta proposta. Se frustrar por não alcançar a abstração, depende de vários fatores de cunho, cognitivo e social, desta forma, o planejar se torna uma habilidade nas relações humanas no contexto de mundo.

Para Moretto (2007), ressalta-se também que o planejamento também antecipa situações ou necessidades reais do contexto educacional. Portanto, é necessário que seja construído por meio de atitudes, ações e conhecimentos científicos ou acadêmicos, por meio dos quais cada situação se desenvolve e que visa incluir o processo educativo no contexto social real.

Em suma, o entendimento de mundo e das relações sociais e seu contexto com a escola, são fatores primordiais para quem planeja, as vertentes, as necessidades fundamentais necessárias e a bagagem intelectual, sendo, inicial, medial e avançada, do conhecimento das unidades temáticas da educação formal, são definidas e refinadas de forma abstrata e dirigida, pela ciência e a demanda do contexto histórico.

INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

A educação especial e inclusiva, requer um olhar sensível e de estratégias pedagógicas eficazes para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de

qualidade, independentemente de suas diferenças. A colaboração entre a comunidade escolar é fundamental para o sucesso do processo de ensino aprendizagem, sendo necessário esclarecer que a diferença entre inclusão e integração, são distintas, mesmo fazendo parte do mesmo cenário.

Ao discutimos sobre a educação especial, não podemos deixar de citar a inclusão escolar, que ainda é um grande desafio que requer estratégias específicas para garantir, que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso ao aprendizado, respeitando suas diversidades como pessoa, pois nesse processo, todos aprendem juntos, considerando sua real condição intelectual e suas capacidades para viver no mundo.

Quando um aluno apresenta necessidades especiais, sejam relacionadas à saúde física, mental, psicossocial, entre outras, é fundamental adotar recursos e estratégias que facilitem sua participação no ambiente escolar, de forma que, este se sinta parte do todo, e que esse conhecimento adquirido faça a diferença, no seu relacionamento com as pessoas ao seu redor. Considerando a pessoa, que vive dentro de uma condição restrita ou limitada, passa a ser emergente a sua integração.

A convivência entre alunos, com e sem necessidades especiais, contribui para a melhoria da qualidade do ensino, e é a essência da verdadeira inclusão, sendo assim, desempenhando um papel crucial na perspectiva da integração do aluno a escola. Explorar essa importância, com estratégias diversificadas podem contribuir de forma fundamental, para às necessidades da pessoa dentro desse contexto educacional.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, exploratória e de procedimento pesquisa ação. Portanto, foi criado uma proposta de 10 (dez) estratégias, denominado “Plano de Ensino Simplificado para a Educação Inclusiva e Integrativa - PENSEI”, que tem como propósito descrever estratégias que possam vir a contribuir no entendimento e planejamento de propostas voltadas à educação especial e inclusiva em uma perspectiva integrativa.

Para promover uma escola equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, é essencial adotar estratégias que atendam às necessidades específicas de cada aluno e criem um ambiente acolhedor e diversificado de saberes. Essas abordagens eficazes incluem, as 10 estratégias utilizadas como proposta pelo PENSEI:

1. Estratégia de Ensino Diferenciado (EED): Personalizar o ensino para atender às diferentes habilidades e estilos de aprendizagem dos alunos. Isso pode envolver atividades práticas, projetos colaborativos e uso de recursos audiovisuais.

2. Estratégia de Adaptação Curricular (EAC): Ajustar os conteúdos e objetivos de aprendizagem para atender às necessidades dos estudantes. Isso pode incluir simplificação de tarefas, materiais didáticos alternativos e metas personalizadas, considerando as adaptações necessárias para o grupo ou o aluno em sua equidade, a confecção do PEI, é imprescindível nesta ação (EAC).

3. Estratégia de Grupo Heterogêneo (EGH): Formar grupos de alunos com diferentes habilidades e características. Isso promove a colaboração e o aprendizado mútuo, desenvolvendo empatia e respeito pelas diferenças e suas necessidades funcionais e vivências com a realidade dos grupos especiais.

4. Estratégia da Autoestima do Aluno (EAA): Criar um ambiente que valorize cada aluno, promovendo sua autoestima e confiança, onde os alunos alcancem os conteúdos de forma que o mesmo perceba, que é possível mesmo diferente pode ser possível abstrair tais entendimentos, estimulando práticas e teorias, do mais simples para o complexo. Sendo necessário, só sair de um assunto, quando este já foi atendido satisfatoriamente. A prioridade das escolhas dos assuntos, devem seguir o critério da importância e da funcionalidade para a vida da pessoa em questão.

5. Estratégias de Parcerias com a Comunidade (EPC): Envolver a comunidade no processo educacional, fortalecendo os laços entre escola, famílias e sociedade. As temáticas estudadas nos componentes curriculares, devem chegar na comunidade através de pesquisas dos próprios alunos, onde os resultados se disseminam em sua comunidade e em sua família, essa relação se acrescenta as que já existem, como a participação tradicional e colaborativa da comunidade na escola.

6. Estratégias de Formação Contínua dos Professores (FCP): Capacitar-se continuamente, para lidar com a diversidade e implementar práticas inclusivas do ensino-aprendizagem.

7. Estratégias de Avaliação Formativa (EAF): Acompanhar o progresso dos alunos e ajustar as estratégias conforme a necessidade deste, através de avaliações formativas registradas.

8. Estratégias de Aplicação de Protocolos (EAP): Sua utilização é fundamental, para materializar informações sobre o aluno, física, psicológica, medicamentosa, intelectual, artística, social, familiar, afetiva, enfermidade e modalidade educacional.

9. Estratégias de Realização de Amostras (ERA): A culminância do ano letivo, passa a ser os resultados obtidos, onde cada professor analisa a zona real (diagnóstico) e a zona proximal (alcançado) dos avanços dos alunos, ou apenas dos projetos realizados, contextualizado, através de vídeos de curta metragem, seminário retrô, banners, palestras, em um formato gráfico e documental das áreas fundamentais, que houve resultados significativos e outras que devem ser ampliadas ou substituídas. Ou seja, uma visão geral dos avanços alcançados.

10. Estratégias de Publicações dos Resultados (EPR): A publicação de artigos científicos em periódicos, livros, revistas, congressos, seminários e simpósios. O professor deve escolher, um projeto para realizar na escola, durante todo o ano letivo, e publicá-lo ao final deste, em formato de artigo.

Este plano, representado pela proposta acima, simplificado pela tabela abaixo, mostra a configuração de forma simplificada, onde através da sequência de informações, como: Ordem, Estratégias, data, unidades temáticas – recursos e resultados, facilitam as informações pertinente as ações do professor e de seus alunos. Este modelo, é um retrato do andamento das ações e tentativas do profissional em seu espaço educativo, tem caráter macro, apresentado em uma ou duas etapas, semestral ou ao final do ano letivo.

Vale atentar, que a unidade temática valoriza a diferença entre os grupos e a individualidade, e das condições reais do sujeito, oportunizando assim, o curriculum individual ou de um grupo mais funcional, como as modalidades da EJA, quilombola, indígena, do campo, prisional e socioeducativo, profissional e tecnológica, a distância e

educação especial, este último, apresenta um destaque especial, devido sua maior diversidade e complexidade no desenvolvimento da pessoa.

Um dos maiores propósitos desse estudo, são criar ambientes onde todos os estudantes sintam-se valorizados, incluídos e capazes de alcançar seu pleno potencial acadêmico e social, perceberem que mesmo dentro de uma extensa unidade temática, há condição de abstrair unidades fundamentais para seu cotidiano social, dando condição de integração na comunidade e no trabalho.

Outro aspecto deste plano, é o professor, onde ele acaba retratando seus resultados e projetos, muitas vezes esquecidos e desvalorizados, desta forma, desestimulado profissionalmente e didaticamente, diante de sua profissão e de uma provável falência motivacional intrínseca. Seu retrato histórico, passa a ser registrado em forma de documento, que é o PENSEI, viabilizando os resultados para a comunidade escolar e sua amostra profissional e documental.

A tabela 1, traz o modelo de forma simplificada, considerando a dificuldade de alguns professores em realizar um plano de ensino, desta forma, o preenchimento do espaço das identificações e pontuações das unidades a serem atendidas, são colaborativas, onde também, os resultados alcançados são descritos. A funcionalidade deste plano, esclarece as prováveis unidades que podem ser alcançadas e que serão o diferencial no sucesso deste grupo ou pessoa. Identifique:

- **Componente Curricular** – nome da Disciplina;
- **Unidades Temáticas** – conteúdos da disciplina que irão ser abordados durante todo o ano, em ordem cronológica, considerando as datas comemorativas;
- **Ordem (Ord.)** – identifica, se esse plano de ensino segue em uma etapa anual (1º) ou duas etapas anual (2º);
- **Estratégia**, é o próprio nome da proposta do plano de ensino PENSEI;
- **Datas**, identificada com a data de início e a da culminância do plano;
- **Unidades Temáticas e Recursos** – estão divididos em “unidades temáticas funcionais, que são as unidades de maior relevância no momento para aquela pessoa em

especial ou grupo. Já os “recursos”, são os instrumentos e práticas que iram ser utilizadas pelo professor, para atender esta proposta de ensino.

- **Resultados**, são as metas propostas alcançadas: total, parcial ou déficit.

A Tabela 2 – É o cronograma que identifica em que mês será realizada cada estratégia do plano PENSEI, para tal propósito, projeta a intenção, de identificar de forma cronológica, as ações das estratégias, que serão contempladas pelo professor durante o ano ou semestre, ressaltamos que este plano pode ser feito uma ou duas vezes ao ano, a apresentação dos resultados obtidos (culminância).

Essas estratégias de ensino, também contribuem para a equidade educativa e preparo dos alunos para viverem em uma sociedade diversificada e globalizada real, agregando valores educativos de cunho científico e transformador, para si, a comunidade, trabalho, a família e sua integração social, pela descoberta de novas habilidades do aluno e dos professores.

MODELO DO PLANO PENSEI

Tabela 1 - Plano de Ensino Simplificado para a Educação Inclusiva e Integrativa – Pensei

PLANO DE ENSINO SIMPLIFICADO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTEGRATIVA – PENSEI				
COMPONENTE CURRICULAR: _____				(disciplina)
UNIDADES TEMÁTICAS: _____				(conteúdos)
Ord.	Estratégias	Data	Unidade Temática e Recurso	Resultado
1°	PENSEI	Início _/_/_	Unidades Temáticas Fundamentais	Total ()
		Culminância _/_/_		Parcial ()
			Recursos a Serem Usados	Déficit ()

Fonte: Autor, Parnamirim/RM, 2024.

Tabela 2 – Cronograma do Plano – Pensei

CRONOGRAMA DO PENSEI												
CLASS.	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1 EED												
2 EAC												
3 EGH												
4 EAA												
5 EPC												
6 FPC												
7 EAF												
8 EAP												
9 ERA												
10 EPR												

Fonte: Autor, Parnamirim/RM, 2024.

O termo novo “Inclusão e Integrativa” ou “Inclusão Integrativa”, tem o mesmo significado, parti de um entendimento do autor desta obra, que explica, que inclusão integrativa, é a relação adaptável dentro de um contexto que envolve a pessoa, que está incluída em processo que teve acesso por direitos legítimos por lei, ou seja, legais, que garante seu acesso, de forma que além desse direito a sua permanência seja dentro de uma perspectiva de equidade e condições que lhe der a integralidade do ensino e da permanência produtiva. Acréscimo, para o olhar que deve estar voltado ao professor e o aluno, ambos devem ser integrados e valorizados em relação aos cuidados e necessidades integrais da pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, traz as considerações sobre a proposta, que trata a obra, que é de utilizar um plano de ensino, simplificado, com uma finalidade inclusiva e integrativa, assim facilitando uma maior participação, dos professores nesse processo de ensino, e dos alunos em uma organização das unidades temáticas, de forma acessível e integral.

O objetivo que defini esse plano de ensino simplificado para a educação inclusiva de forma integrativa, e acessível em sua relação professor–aluno. Ainda falta ser

divulgado os resultados em instituições de ensino, pelos professores e a comunidade escolar.

Uma das possíveis dificuldades é a aceitação desta proposta, pois as gestões são indiferentes ao que não é imposto pelo ministério da educação e secretárias. A proposta foi lançada, e possíveis resultados viram nos próximos artigos voltados ao plano PENSEI. Algumas instituições já estão sendo aplicado o plano, e os resultados ao final serão contabilizados e divulgados em periódicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008.

CARITA, A.; CARVALHO, C. Qualidade inclusiva da escola: Representações da comunidade educativa de uma escola frequentada por um aluno com Síndrome de Asperger. Revista Lusófona de Educação, v.34, n.34, p. 107-26, mar. 2017.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis: Vozes, 1995.

GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loyola, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos, Didática. São Paulo: Editora Cortez, 1994. _____
Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5 Ed. Goiânia: Alternativa, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa. Eglér. A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar. Campinas: FE/UNICAMP: 2002. Disponível em: Acesso em: 20 de fev. 2024.

MENEZES, Ana Célia Silva. Educação do Campo no semiárido como política pública: um desafio à articulação local dos movimentos sociais. 2017. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PADILHA, Paulo R. Planejamento educacional: a visão do Plano Decenal de Educação para Todos. 1993-2003.1998. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

SANT'ANNA, F. M. et al. Planejamento de ensino e avaliação. 2ª ed. Porto Alegre: Sagra/DC Luzzatto, 1995.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. Planejamento escolar: um guia da prática docente. Revista Educação Pública, v. 19, nº 15, 20 de fev. 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/planejamento-escolar-um-guia-da-pratica-docente>

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para a elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 2006.

VIEIRA, N. J. W.; SIMON, K. W. Diferenças e semelhanças na dupla necessidade educacional especial: altas habilidades/superdotação x Síndrome de Asperger. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 319-32, maio/ago. 2012.

Submissão: janeiro de 2024. Aceite: fevereiro de 2024. Publicação: julho de 2024.